



Folha da AT



Av. 25 de Setembro, nº 1235 | Tel: 21 34 42 00 | www.at.gov.mz | EDIÇÃO Nº 93 | Maio - 2021

Amélia Muendane na liderança da Rede de Mulheres da ATAF



PROPRIEDADE:
Autoridade Tributária de Moçambique
Av. 25 de Setembro, Nº 1235
Tel: +258 21 344 200 - www.at.gov.mz

PRESIDENTE:
Amélia Muendane

PRODUÇÃO:
Gabinete de Comunicação e Imagem

Director: José Luís Cumbe
REDACÇÃO & EDIÇÃO:
Fénias Zimba, Bernardino Manhaussane
César Monjane

COLABORAÇÃO:
Liége Vitorino, Delegações Provinciais

DESIGN & MAQUETIZAÇÃO:
Benedito Chivure

Presidente da AT eleita PCA da Rede de Mulheres do Fórum das Administrações Tributárias Africanas

Por: Redacção



A Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, Amélia Muendane, foi hoje, 12 de Maio, eleita Presidente do Conselho de Administração da Rede do Fórum das Administrações Tributárias Africanas (ATAF), para um mandato de dois anos. O acto, que ocorreu em videoconferência, teve lugar na primeira reunião da Assembleia Geral da Rede, cuja sessão de abertura foi dirigida pelo Secretário Executivo da organização continental, Logan Worth, convocada para apreciar, para além da eleição da Presidente e Vice-presidente da Rede, os correspondentes Termos de Referência; o elenco directivo bem como os objectivos, os pormenores de adesão, os órgãos de gestão e o respectivo programa de actividades para 2021 – 2022.

A Rede africana de mulheres tributárias foi formalmente lançada a 23 de Março corrente com a missão de proporcionar um ambiente único para as mulheres relacionadas com a fiscalidade em África para colaborar, desenvolver e sensibilizar a interconectividade da política fiscal e a igualdade de género.

No seu discurso inaugural, a ora eleita Presidente da Rede do ATAF de Mulheres no domínio tributário comprometeu-se a dedicar energias e saberes em prol da causa das administrações tributárias africanas, continuando a investir na formação técnico-profissional, a romper barreiras impostas

pela sociedade, a aprender continuamente, acreditando no poder de uma visão colectiva e, ainda, partilhar experiência na representatividade das mulheres nas Administrações Tributárias, fomentando a equidade de género e a representatividade em cargos de direcção.

Muendane assegurou que usará a plataforma para fortalecer o diálogo inter-africano de mulheres tributárias como veículo para o despertar as mentes e do potencial feminino para os desafios da mobilização de recursos para as economias rumo a transformação económica e social. A candidatura de Amélia Muendane foi, igualmente, movida pelo interesse de observar a diversidade linguística como factor relevante no aprofundamento das relações entre os Estados membros, enaltecendo a tributação como um instrumento importante no arsenal dos países em desenvolvimento para assegurar um financiamento sustentável.

No encontro em alusão, ficou, igualmente, patente, que com o seu elenco, continuará a promover a parceria com os homens na gestão dos processos de desenvolvimento das administrações tributárias; estimular o espírito de interajuda para assegurar a rápida transformação das mulheres africanas e o seu apoderamento, fazendo da Rede africana de mulheres tributárias um mecanismo de interacção, troca de conhecimentos e autopromoção, na perspectiva de consolidação de administrações tributárias livres da discriminação baseada no género. 🌱

“Urge criarmos um quadro regulatório harmonizado para protecção de dados, compatível com as regras internacionalmente aceites”

-defende Amélia Muendane, Presidente da AT

Por: **Fénias Zimba**



A Presidente da Autoridade Tributária de Moçambique, Amélia Muendane defende que é urgente a criação de um quadro regulatório e harmonizado para a protecção de dados, compatível com as regras internacionalmente aceites, como forma de garantir melhor gestão de fluxo de informações transfronteiriças em África.

Amélia Muendane lançou o repto aquando da sua intervenção, nesta quinta-feira, 06 de Maio, no 5º Diálogo Político de Alto Nível

sobre Política Fiscal, organizado pelo Fórum das Administrações Tributárias Africanas (ATAF), em colaboração com a Comissão da União Africana (CUA), tendo como objectivo reflectir sobre as estratégias políticas e administrativas para maior mobilização de impostos internos em África.

Numa apresentação com o tema “Desafios no Acesso e Riscos na Gestão de Fluxo de Dados em África”, a presidente da AT, para além de apresentar a experiência de Moçambique e

apresentação da proposta de critérios para a gestão de fluxo de dados em África, venceu, igualmente, a necessidade do mapeamento das estruturas existentes de fluxo de dados nas diferentes administrações tributárias, como uma estratégia para a identificação das semelhanças e pontos de divergência, de forma a proceder com a respectiva harmonização.

Numa altura em que os países africanos e o mundo se esforçam para superarem os efeitos da COVID-19, é expectativa dos organizadores deste diálogo, que os resultados da reflexão ajudem os países a aumentar as receitas fiscais internas, visto que, estas são vitais para que os governos possam responder às necessidades de despesas essenciais e outros requisitos, tais como redes de segurança social para as famílias mais desfavorecidas que tenham sido adversamente afectadas pela pandemia.

A conferência de dois dias reuniu, em formato virtual, responsáveis pela política fiscal, administradores fiscais, parceiros de desenvolvimento, peritos fiscais, académicos, organizações da sociedade civil (OSC), e organizações de pesquisa em matéria de tributação.

Refira-se que a ATAF, através do Diálogo de Alto Nível sobre Política Fiscal oferece, anualmente, soluções para os países africanos no tratamento de questões fundamentais tais como a agenda fiscal mundial e a tributação da economia digital, sendo que este ano, o encontro centrou-se nos impostos internos.🌱

“É urgente a criação de programas para desenvolver as competências e habilidades necessárias em matéria de segurança cibernética e ciberdefesa”

-defende Henriques Manuel Marcelino, Especialista e Investigador moçambicano em ciber-segurança

Por: Redacção

Moçambique, através da presidente da Autoridade Tributária de Moçambique (AT), participou, recentemente, no 5º Diálogo de Alto Nível sobre Política Fiscal, uma acção co-organizada pelo Fórum das Mulheres das Administrações Tributárias Africanas e a Comissão da União Africana. Na sessão, que decorreu em conferência virtual, a presidente da AT fez a sua aparição, apresentando o tema “DESAFIOS NO ACESSO E RISCOS NA GESTÃO DE FLUXO DE DADOS EM ÁFRICA”.

Foi na margem da participação da AT neste evento, que a reportagem da FOLHA DA AT estabeleceu um dedo de conversa com Henriques Manuel Marcelino, Especialista e Investigador moçambicano em ciber-segurança, de modo a colher a sua sensibilidade sobre Gestão de Fluxo de Dados em África versus ciber-segurança em Moçambique.

Num breve contacto, o Especialista e Investigador defendeu que é urgente a criação de programas para desenvolver as competências e habilidades necessárias em matéria de segurança cibernética e ciberdefesa em Moçambique, de forma a garantir melhor competitividade dos quadros, no espaço nacional e internacional em matérias em alusão. Para tal, explica Marcelino, é fundamental a promoção de formações contínuas e criteriosas



para profissionais em economia digital e em cibersegurança, com recurso a um programa nacional de formação de mestres e doutores em governança cibernética, sendo a segurança e defesa, uma das áreas de especialização.

Para o suporte e sucesso do programa de formação ora referenciado, o nosso interlocutor aponta, igualmente, para a criação de parcerias entre universidades, institutos e indústrias a fim de estabelecer padrões em currículo de segurança cibernética e excelência académica, bem como desenvolver a prática de segurança

cibernética dentro das instituições e em todas as disciplinas académicas e certificações profissionais em áreas como cloud security, análise forense, prevenção de perdas de dados, manejo de incidentes, avaliação de risco e outras áreas correlacionadas, visto que, em Moçambique, as universidades e institutos ainda não têm currículos para cursos de segurança cibernética, sendo que os que se interessam pela área fazem-na no exterior.

Porque, na sessão que decorreu em conferência virtual, a presidente da AT fez a sua aparição, apresentando o tema



“DESAFIOS NO ACESSO E RISCOS NA GESTÃO DE FLUXO DE DADOS EM ÁFRICA”, a FOLHA DA AT questionou ao Investigador sobre os desafios do continente africano, de forma geral e de Moçambique, em particular, na gestão de fluxo de dados digitais, tendo explicado que existe vários desafios para o continente, bem como para o país, visto que o fluxo de dados digitais é dinâmico e imprescindível à existência de boas infraestruturas digitais que muitos países do continente não possuem, o facto que também está associado com a falta de capacitação para a literacia digital. Acrescenta que, outro desafio que se coloca é o fortalecimento da fraca legislação

contra os crimes digitais e da cooperação entre as instituições.

Mais adiante apontou outro desafio, que passa necessariamente pela adesão, por todos os Estados membros, à Convenção da União Africana sobre Cibersegurança e Protecção de Dados Pessoais, com vista a adopção de um conjunto completo de legislação que abranja as transacções electrónicas, a protecção de dados e a privacidade, a cibercriminalidade e a protecção dos consumidores, bem como a promoção de normas abertas e a interoperabilidade para o quadro de confiança transfronteiriça.


Recorda, o nosso entrevistado, que Moçambique embora tenha avançado na elaboração da legislação contra crimes das transacções eletrónicas e adesão à Convenção sobre Cibersegurança e Protecção de Dados Pessoais, ainda debate-se com os desafios tecnológicos, literacia digital e governança de dados.

Convidado a comentar sobre a aparição de Moçambique no 5º Diálogo de Alto Nível sobre Política Fiscal, na qual a presidente da AT venceu a necessidade de estabelecer indicadores de convergência na implementação da política de gestão de fluxos de dados como um dos factores importantes para o reforço do fluxo de dados, Henriques Marcelino, corroborou com a posição defendida pela número um da estrutura tributária, acrescentando que mais do que reforçar o fluxo, as acções apontadas podem acelerar o desenvolvimento económico em África, visto que os indicadores de convergência podem melhorar o índice de crescimento económico dos países com menos capacidades institucionais e tecnológicas.

Por outro lado, analisa o investigador *“de uma forma holística, a apresentação da Professora Amélia Muendane foi ao encontro das expectativas dos problemas do continente, concernente à questão de fluxo de dados em África. A apresentação foi bem estruturada e centrou-se nos desafios de acesso e riscos na gestão de fluxo de dados. Ela traz uma proposta coerente de critérios para a gestão*



de fluxo de dados, falou do ciberespaço, da estratégia de desenvolvimento digital que tem como suporte à tecnologia digital, a conectividade, capacidades institucionais, capital humano, literacia digital e a legislação. Também apontou a gestão da mitigação de riscos digitais”. Continuando, “na minha observação, o que não tira o mérito da apresentação, a Professora poderia aprofundar mais sobre a tecnologia digital em África que está a revolucionar o fluxo financeiro e o comércio digital, sobretudo as startups africanas como o M-Pesa, Flutterwaven, Nala, Paystack e outras, na mitigação de riscos como ela sugeriu, sendo que a criação de um centro africano para a gestão do fluxo de dados digitais, onde estaria instalado um CERT africano de controlo e monitoria de riscos gestão do fluxo de dados digitais com ramificações em todas as Autoridades Tributárias dos países do continente”.

Como últimas considerações, gostaria de reforçar o comentário que fiz sobre o estabelecimento de indicadores de convergência na implementação da política de gestão de fluxos de dados como um dos factores importantes para o reforço do fluxo de dados, principalmente na criação de um Centro Nacional de Governança Cibernética, responsável pela coordenação estratégica do CERT-MZ, na construção da rede moçambicana de Computer Security Incident Response Teams (CSIRTs) actuando em organizações públicas e privadas, como também do estabelecimento de medida técnica que envolve a definição e implementação de padrões e procedimentos para a proteção de acervos informacionais de dados, conexões remotas às redes via proxy, soluções seguras de cloud computing, proteção contra software malicioso e medidas para melhorar a capacidade de atribuição de responsabilidades (técnicas e políticas) pelos ataques cibernéticos. 



Sobre Henriques Manuel Marcelino

De nacionalidade moçambicana é actualmente Director da GUTELC E CONSULTORIA – Empresa de Consultoria Informática e de Telecomunicações e Investigador no ISEDEF;

No que concerne às qualificações académicas e profissionais é Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais em Segurança Cibernética e Ciberdefesa pela Universidade do Rio Grande do Sul – UFRGS, Brasil;

Mestre em Ciências Militares (Dimensão Estratégica de Defesa e Segurança Cibernética – Caso de Moçambique) no ISEDEF - Moçambique;

Mestre em Ciências de Computação e Tecnologias de Comunicação (Network Planning and Design Communications) na

South West Jiaotong University, China; Docente na Universidade Joaquim Chissano – UJC, no curso da Engenharia de Tecnologias em Sistemas de Informação; Escritor e crítico literário, membro da AEMO e da AMOLP. Foi presidente da Comissão Instaladora da AMALI (Academia Moçambicana de Artes, Letras e Ideias).

No campo literário tem publicado obras como: Um Homem na Casa de Banho “poesia” e Laicidade na Crítica “ensaio”. Outras áreas de interesse incluem: Desenvolvimento de capacidades cibernéticas nas forças armadas, e de Redes Ópticas de Banda Larga Sem Fio: Desenho de Projeto, Análise de Computação em Nuvem Móvel com Fio e Sem Fio Integrada, Tecnologias de Transmissão em Redes de Próxima Geração; Sistemas Aplicados por Computador Inteligente.



Caí o pano sobre as festividades do mês da mulher

Por: Redacção



Televisão em Moçambique.

Fazendo as honras da casa, a Presidente da AT procedeu com a apresentação da homenageada, tendo percorrido a vastíssima bibliografia, desta que é considerada uma das exímias apresentadora e produtora de rádio e televisão em Moçambique.

Falando numa palestra subordinada ao tema *“Os Desafios da Mulher em Funções Masculinizadas”*, Glória Muianga não se fez de rogada, tendo partilhado, com a audiência, a sua experiência profissional, numa área, em que na época era predominantemente dominada pelos homens. *“Entrei para a Rádio no ano da independência e encontrei um ambiente masculinizado, onde não havia locutoras locais (mulheres) e havia muitos quadros portugueses. Para me integrar, apostei na qualidade do trabalho que fazia e me empenhei na formação que a Rádio disponibilizou”* – relatou.

Mais adiante, a antiga “estrela” de comunicação social defendeu que *“É verdade que somos muitas mulheres e que lutamos para ter mais representatividade na sociedade e nas nossas organizações, porém, temos que o fazer, sem, no entanto, deixar de lado as responsabilidades caseiras”*.

Para além da palestra proferida pela Glória Muianga, o evento contou ainda com palestras de mais duas mulheres, nomeadamente, Sofia Cassimo da CTA e Sharan Parmar, especialista internacional em Inclusão de Género e questões Sociais, Iniciativas Glasshouse, figuras que abordaram temas sobre *“Desafios Fiscais de Mulheres Empresárias”* e *“Género, Inclusão Social e Política Económica-Experiência Internacional”*, respectivamente.

De referir que as celebrações do mês da Mulher decorrem ao nível central, com réplicas ao nível das delegações provinciais. 🌿

Decorreu, no dia 30 de Abril, no Auditório da Autoridade Tributária, a cerimónia do encerramento das festividades do mês da mulher, uma acção promovida pela instituição, no âmbito da passagem de 07 de Abril, Dia da Mulher Moçambicana. O acto, dirigido pela Presidente da AT, Amélia Muendane, foi marcado, entre várias actividades, pela homenagem à Glória Muianga, uma notável locutora da Rádio e



Os armazéns aduaneiros são mais-valia se acautelados os interesses nacionais

Por: António Camacho



Os armazéns de regime aduaneiro são mais-valia para o estado desde que sejam acautelados os interesses nacionais, disse o Director Regional Centro da Autoridade Tributária de Moçambique, Amido Abdala, quando efectuava uma visita de trabalho entre os dias 04 e 07 de Maio corrente em diferentes armazéns alfandegados na Beira.

A visita tinha como objectivo principal, verificar o grau de cumprimento da legislação vigente (Diploma Ministerial número 12/2002 de 30 de Janeiro), por parte dos armazéns, verificar as condições físicas e de sanidade, fazer levantamento de possíveis constrangimentos por parte dos agentes.

Foram visitados no total quatro armazéns nomeadamente da Mediterranean Shipping Company, IBLT Serviço Lda, Shun Li Teng Lda e Ferpinta Moçambique. Dos visitados 3 são

de trânsito que operam no manuseamento de carga contentorizada e a granel de e para o interland, e um de aperfeiçoamento activo que é a Ferpinta Moçambique. Segundo Abdala, o controlo efectivo dos armazéns sobretudo os de trânsito, e muito importante, pois no seu entender, aí reside o risco de perda de receita caso os agentes transitário sonaguem informações nas suas operações, por esta razão chamou a atenção a UVC (Unidade de visita e controlo),

a unidade responsável no controlo dos armazéns aduaneiros a tudo fazerem para cumprimento escrupuloso da lei. Por outro lado, O DRC mostrou se satisfeito pelo facto dos armazéns gerarem emprego aos cidadãos nacionais, apesar de serem na sua totalidade de capitais estrangeiro. Neste momento segundo os visitados o maior constrangimento reside no facto de não poderem aceder ao sistema de Janela Única Electrónica para efeitos de início dos processos de trânsitos, que no seu entender irá facilitar e flexibilizar os processos.

Constitui ainda preocupação a questão relacionada com os pendentes no sistema, tendo o DRC recomendado a criação duma equipe dedicada com vista encontrar saída definitiva, por um lado e por outro a cobrança no sistema pela selagem electrónica de mercadorias em trânsito que efectivamente não está acontecer já foi sanada visto que já decorrem os reembolsos.

Amido Abdala, fez-se acompanhar pelo delegado provincial da AT em Sofala, Tarzan Mandunde, chefe da UVC, Safim Bacar, e assessores e no último armazém visitado contou com a presença do coordenador nacional do trânsito, Orlando Mungoi.



